

Ulysses procura acordo para adiar a discussão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, passou o dia de ontem tentando transferir a definição do mandato do presidente Sarney para a Assembléia. Ele ficou menos de uma hora no Auditório Petrólio Portella, acompanhando a parte inicial da convenção, e depois se reuniu reservadamente com vários governadores e ministros, todos favoráveis a confiar à Constituinte a decisão sobre o mandato presidencial.

"Vamos tentar selar um acordo" — disse o deputado paulista aos reporteres, revelando que no encontro de anteontem à noite com os governadores peemedebistas, na sua residência oficial, 17 se manifestaram pelo adiamento, além de dois ausentes, Hélio Gueiros, do Pará, e Amazonino Mendes, do Amazonas.

Ulysses Guimarães negou que o presidente Sarney esteja ameaçando demitir ministros e indicando do PMDB dos diversos escalões do governo, na hipótese de a convenção escolher quatro anos. "Eu não quero criticar a imprensa,

mas, às vezes, vocês colocam na minha boca coisa que nunca passou pela minha cabeça. Prefiro ficar com a versão original do presidente Sarney, na conversa que tivemos ontem (anteontem) na Base Aérea, quando ele garantiu que nunca falou sobre isso" — afirmou o presidente do PMDB.

A tendência majoritária dos convencionais, segundo Ulysses, é deixar a Constituinte decidir qual será a duração do mandato de Sarney. "Ele disse que está confiante na decisão do partido, lembrando que a maior prova de que o PMDB está sendo prestigiado no seu governo é a presença dos nossos ministros nas diversas pastas."

LONGE DA ARAPUCA

Depois de esperar inutilmente pelo líder Mário Covas e pelo senador José Richa, no gabinete do senador Teotônio Vilela Filho, Ulysses foi almoçar no Restaurante Pinatella, acompanhado de parlamentares da famosa "turma do poire". A reunião com Covas e Richa, segundo ele, "ficou para o final da tarde", em razão de compromissos pessoais dos dois senadores.

Covas, contudo, já havia informado que não iria "cair na arapuca" armada por governadores e ministros favoráveis aos cinco anos. Ele preferiu ficar no Auditório Petrólio Portella, com a maioria dos convencionais gritando por quatro anos. "Ele tem a claqué e nós temos os votos" — comenta, irônico, o deputado Roberto Cardoso Alves (SP).

O ministro Raphael de Almeida Magalhães afirmou que era favorável a se "devolver" à Constituinte a soberania de decidir sobre o mandato do presidente Sarney e sobre a forma de governo a ser adotada na futura Constituição. Ele previu que os convencionais votarão hoje "majoritariamente em favor do adiamento".

O governador Waldir Pires, da Bahia, afirmou que a votação do mandato do presidente Sarney seria "perturbadora da missão do partido de garantir a transição democrática". Na reunião com o deputado Ulysses Guimarães, segundo ele, "ficou claro que o PMDB não pode ser vítima de táticas" — referindo-se à diversidade de propostas apresentadas pelos convencionais na forma de moções.

"Como é bonita a democracia"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Quando chegou à convenção, em meio à guerra das torcidas que pediam, de um lado, cinco anos para o presidente e quatro, de outro, Ulysses comentou: "Vejam como é bonita a democracia. Se fosse o Figueiredo mandava prender" — completou irônico. Na saída do auditório, ele passou por um verdadeiro corredor polonês. A claqué do Rio de Janeiro gritava: "El, el, el, Ulysses é Sarney". Do outro lado, a claqué de Minas Gerais avisava: "Quatro anos, e quatro anos, heim velho".

Na reabertura dos trabalhos, Ulysses Guimarães advertiu severamente os manifestantes, dizendo que se eles não fizessem silêncio iria evacuar o auditório. De nada adianta-

ram seus avisos. É que naquele momento entrava no auditório o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, aplaudido pela torcida dos quatro anos e valado pela de cinco. De mão erguida, Covas concordava com os quatro anos, para o delírio da claqué das diretas em 88.

Em rápidas entrevistas que concedeu à imprensa, no curto trajeto que percorreu do auditório ao gabinete do senador Teotônio Vilela Filho — onde instalou o seu quartel-general — Ulysses garantiu que iria assegurar aos convencionais "a mais livre manifestação". E salientou: "Eles podem pedir quatro, cinco e seis anos para o presidente Sarney".

Nas reuniões reservadas que manteve com os governadores Waldir Pires, da Bahia; Moreira Franco, do Rio; Pedro Simon do Rio Grande

do Sul, com os ministros Raphael de Almeida Magalhães e Renato Archer, e com o líder Luís Henrique, ele informou que já havia detectado "um consenso da maioria", pela transferência para a Constituinte da definição do mandato do presidente Sarney.

Ao contrário do que sempre ocorre nas reuniões com representantes das bases do PMDB, Ulysses Guimarães não foi assediado por correligionários para as fotos de lambe-lambe. Atrás dele, os mais aflitos preferiam repetir palavras de ordem a favor dos quatro anos ou o mais novo refrão da esquerda peemedebista: "O povo não esquece, Sarney é PDS".

No meio de tanto barulho, Ulysses virou-se para um repórter e perguntou: "Como é que estão me situando aqui?" E não teve resposta.

Na cartilha, temas polêmicos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 728 convencionais do PMDB vão responder hoje a um questionário com 21 perguntas sobre os temas mais polêmicos da Constituinte, abordando a reforma agrária, princípios gerais da economia, empresa nacional, reserva de mercado, capital estrangeiro, questão urbana, ensino público e comunicações. As questões sobre mandato presidencial e sistema de governo serão apresentadas em cédulas separadas, caso haja a decisão de levá-las a votação.

A cédula sobre sistema de governo e mandato presidencial não foi distribuída ontem aos convencionais, permanecendo lacrada no gabinete do líder Mário Covas. Os convencionais terão de responder, em votação secreta, se querem parlamentarismo com quatro ou cinco anos ou presidencialismo com quatro ou cinco anos. Como não são questões programáticas do partido, os convencionais constituintes não são obrigados a respeitar a decisão da convenção quando o assunto for levado a plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O líder Mário Covas explica na introdução, que o convencional deve atentar para o seguinte:

A) — As respostas estão sob a forma de proposições afirmativas que representam as concepções ou orientações divergentes sobre cada questão que teve curso nos debates da Constituinte, o convencional deve escolher a proposição que a seu ver mais se ajusta às bases programáticas do partido, assinalando a resposta com um X no quadrinho respectivo.

B) — Em alguns temas em que as divergências de concepções ou orientações não eram muito nítidas, preferiu-se indicar a proposição que mais se coaduna com as bases programáticas do PMDB, cabendo ao convencional responder concordando ou não com a proposição, assinalando a resposta com um X no quadro correspondente ao sim ou ao não.

Para melhor informação sobre cada questão polêmica ou sobre as proposições indicadas, recomenda-se ao convencional a leitura e exame do documento de consulta publicado, que contém um resumo das bases programáticas do partido e comentários sobre os pontos controversos das propostas que tiveram curso na Constituinte.

Uma vez respondidas todas as questões, solicita-se devolver este caderno devidamente preenchido, para

que se proceda à apuração dos resultados."

No item sobre reforma agrária, os convencionais são consultados sobre a função social da propriedade, critérios de desapropriação e imissão de posse. Mário Covas quer saber, por exemplo, se uma propriedade rural deve, ser desapropriada se não cumprir a sua função social, ou somente a propriedade rural improdutiva. No caso de imissão da posse, as duas perguntas procuram definir se os convencionais acham que o pagamento da desapropriação deva ser em dinheiro ou em títulos da dívida agrária, em caso de a Justiça entender que são inexistentes os requisitos que fundamentaram a desapropriação. A outra hipótese é simplesmente anular o ato de desapropriação.

No item sobre os princípios gerais da ordem econômica, a empresa nacional, reserva de mercado e capital estrangeiro, questões do caderno de respostas, são as seguintes:

2. Princípios gerais da ordem econômica.

A ordem econômica deve ser fundada na justiça social e na valorização do trabalho, com preferência para a empresa nacional, abrindo espaço para as empresas estatais em coexistência com as empresas privadas.

A ordem econômica deve ser fundada na justiça social, na valorização do trabalho e na iniciativa privada, com restrições à intervenção do Estado e sem conferir preferência à empresa nacional.

3. Empresa nacional

Dever ser adotada, na Constituição, uma definição de empresa nacional que garanta a sua condição de genuinamente brasileira e que contenha como elementos básicos: constituição e sede no País, controle decisório e de capital pertencentes a brasileiros ou a pessoas físicas domiciliadas no País, tendo em vista o tratamento preferencial e diferencial que é dado às empresas nacionais, na legislação.

Deve ser adotada, na Constituição, uma definição de empresa nacional que permita estender esse conceito não só às empresas genuinamente brasileiras, mas também às empresas estrangeiras ou multinacionais domiciliadas no País. Nessa acepção, não se exige que o controle decisório pertença a brasileiros ou pessoas físicas domiciliadas no País, mas apenas o controle do capital pertencente a pessoas físicas e pessoas jurídicas domiciliadas no País.

4. Reserva de Mercado.

As atividades das empresas nacionais que a lei considerar estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico, poderão ter proteção temporária.

5. Capital estrangeiro

A Constituição federal deve estabelecer dispositivo que defina o regime de admissão do capital estrangeiro no interesse nacional, contendo a norma constitucional, dispositivos e parâmetros a serem observados pela lei ordinária regulamentadora.

No último item do Caderno de Resposta que trata da questão urbana, os convencionais são consultados sobre direito de moradia, transportes urbanos, função social da propriedade urbana, a participação comunitária no desenvolvimento urbano. Na parte do ensino público, o líder Mário Covas quer saber se o governo só pode destinar os recursos públicos às escolas públicas ou se pode também conceder auxílio às entidades privadas.

Quanto ao item comunicações as duas questões formuladas pelo líder são as seguintes:

As concessões de emissoras de radiodifusão de sons e imagens (rádio e tv) são outorgadas pelo Executivo e referendadas pelo Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação, consoante a política nacional de comunicação, definida em lei, e os princípios enumerados na disposição constitucional.

As concessões de emissoras de radiodifusão de som e imagem (rádio e TV) são outorgadas pela União, ad referendum do Congresso Nacional, pelo prazo de 15 anos, e só poderão ser suspensas, não renovadas ou cassadas, por sentença fundada do poder Judiciário.

Esses são os pontos considerados polêmicos e que se enquadram dentro do programa do governo. O que a maioria dos convencionais decidiu, os representantes do PMDB na Constituinte ficam obrigados a apoiar quando estes temas forem levados a votação em plenário, se constantes do futuro texto constitucional, em fase de elaboração na Comissão de Sistematização. Os constituintes só estão desobrigados de fidelidade no caso das questões não-programáticas. Contudo, alguns parlamentares que não pretendiam levar à convenção a definição do mandato e do sistema de governo entendem que a votação vai gerar constrangimentos dos constituintes do partido, no momento em que o assunto for levado ao plenário da Constituinte.